

Curso/Disciplina: Direito Processual Penal Objetivo

Aula: Direito Processual Penal Objetivo - 14

Professor(a): Elisa Pittaro

Monitor(a): Beatriz Moreira Leite Aina

Aula 14

Continuando a análise do art. 109, CRFB – delitos de competência da Justiça Federal.

Art. 109, V:

V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

Transnacionalidade: início da execução no Brasil e consumação no exterior e vice-versa.

Tráfico de mulheres, tráfico internacional de drogas, tráfico de crianças, pedofilia são crimes que o Brasil se comprometeu a reprimir.

Ex.: indivíduo posta pornografia infantil na internet. Competência da Justiça Estadual ou Federal? O Brasil se comprometeu a reprimir a pornografia infantil, então a primeira parte do inciso já está atendida. E a partir do momento em que alguém posta alguma coisa na internet, qualquer pessoa que estiver ligada naquela rede, em qualquer lugar do mundo, terá acesso àquilo. Então, preenchido os requisitos do art. 109, V, CR. Competência da Justiça Federal.

Já em situação diversa, se foi encontrado na residência do indivíduo uma série objetos de pornografia infantil, produtos de download em seu computador, a competência é da Justiça Estadual.

Ainda no inciso V: tráfico internacional de drogas.

Importação e exportação de drogas. Qual o órgão competente? Pela leitura do inciso V, seria a Justiça Federal.

Mas há a súmula 522 do STF:

Salvo ocorrência de tráfico para o Exterior, quando, então, a competência será da Justiça Federal, compete à Justiça dos Estados o processo e julgamento dos crimes relativos a entorpecentes.

Em um primeiro momento, parece que a súmula vai de encontro ao inciso V, art. 5º, ao prever que para importação de drogas a competência seria da Justiça Estadual, enquanto para a exportação, seria da Justiça Federal.

A súmula é anterior à CRFB. Mas até pouco tempo alguns Estados do Brasil ainda a aplicavam. Apenas com a entrada em vigor da lei de drogas – L. 11.343/06, que no seu art. 70, fixou a competência da JF nos dois casos, é que a súmula foi afastada. Ela não foi cancelada, mas hoje é letra morta.

Art. 70. O processo e o julgamento dos crimes previstos nos arts. 33 a 37 desta Lei, se caracterizado ilícito transnacional, são da competência da Justiça Federal.

Ex.: indivíduo argentino vem da Argentina desembarca no aeroporto internacional com grande quantidade de cloreto de etila (lança perfume). Qual o órgão competente para julgar, estadual ou federal? Na Argentina, o lança perfume não é considerado droga. Para que seja caracterizada a competência da Justiça Federal, é necessário que a substância também seja considerada droga ilícita no país de origem, caso contrário, a competência será da Justiça Estado. Isso foi objeto de prova de questão específica de um concurso de Delegado.

Ex. 2: pessoa desembarca no aeroporto internacional cheia de drogas. Passou pela imigração, pela área de fiscalização, sem problemas. Pegou um táxi e foi embora. No caminho, tinha uma blitz de rotina da PM, que descobriu a quantidade de drogas. A competência será da Justiça Federal ou da Estadual?

Ou outra situação: a polícia foi cumprir uma ordem de busca e apreensão e descobriu grande quantidade de cocaína carimbada “made in Bolívia”, sendo inconteste sua procedência. Justiça Federal ou Estadual?

O que prevalece em situações como essas: o STF afirma que a competência é da Justiça Estadual. Se analisarmos o art. 33, L.11.343/06, ele possui diversos verbos.

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Os penalistas chamam esse tipo de crime de tipo penal alternativo. É muito comum que o agente, com sua conduta, realize vários verbos em único contexto, de modo que ele responderá por apenas um crime. O STF entende que se superada a importação, o agente realizar outro verbo como transportar, trazer consigo, ter em depósito, cessa a competência da Justiça Federal e a competência passa a ser dos Estados, independente da descoberta da procedência da droga. Alguns autores falam em interiorização da droga, mas a prof.^a prefere analisar a mudança de verbo na conduta do agente.

Art. 109, V-A:

V-A as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Vejamos o §5º do art. 109:

§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Incidente de deslocamento de competência da Justiça Estadual para a Justiça Federal sempre que houver grave violação de direitos humanos. Crime que originariamente é da competência da Justiça Estadual, mas diante de uma grave violação de direitos humanos, o PGR pode pedir, no STJ, o seu deslocamento para a Justiça Federal.

Qual a razão desse incidente? O Brasil se comprometeu internacionalmente a reprimir determinados crimes, e por conta disso justifica-se o deslocamento. O problema é conseguirmos imaginar o que é a grave violação de direitos humanos.

Alguns autores, como Pacelli e Daniel Sarmento, dizem que a análise deve ser feita casuisticamente.

O primeiro incidente instaurado no STJ (e negado) foi em relação à missionária Dorothy Stang, que lidava com questões fundiárias e foi assassinada. O STJ negou o deslocamento de competência, por entender que não haveria inércia da Justiça Estadual que justificasse o deslocamento. O parâmetro que o STJ adotou nesse primeiro julgado foi o da inércia.

Outro incidente suscitado dizia respeito à atuação de grupos de extermínio em determinados Estados do Nordeste, e as pessoas dos órgãos que tentavam investigar esses grupos acabavam sendo assassinadas. Nesse incidente, o STJ entendeu que diante da inércia/incapacidade da Justiça Estadual em julgar esses delitos, caberia o deslocamento para a Justiça Federal.

Parece que até então o critério para deslocar seria inércia.

Mas há pouco tempo atrás houve o homicídio de um membro do MP, que não foi relacionada ao exercício da função. Nesse caso, o STJ deslocou a competência para a JF, se afastando do critério anteriormente adotado.

Não há um parâmetro preciso para se considerar o que vem a ser grave violação de direitos humanos que autorize esse deslocamento.

Art. 109, VI, CR:

VI - os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;

Há um capítulo no CP intitulado crimes contra a organização do trabalho. Porém, o entendimento do STF é que não seriam todos os crimes desse capítulo da competência da Justiça Federal. O STF entende que são da competência da Justiça Federal aqueles crimes contra a organização do trabalho que atingem uma categoria de trabalho ou as suas entidades representativas (sindicatos). Fora isso, sendo a vítima um trabalhador individualmente considerado, a competência será da Justiça Estadual.

Crimes contra o sistema financeiro e contra a ordem econômico-financeira: nos casos determinados em lei. É necessário que a lei que definiu esses crimes faça referência à Justiça Federal. A própria L.8.137/90 – crimes contra a ordem econômica – prevê crimes que são de competência da JE em sua maioria.

A L.7.492/86 – crimes contra o sistema financeiro nacional – prevê que a maioria dos casos de lavagem de dinheiro são de competência da Justiça Federal.

Art. 109, IX, CR:

IX - os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

Se um avião está parado, p. ex., as pessoas estariam a bordo? Para o STF, o mesmo deve estar em vias de partir, o que pressupõe que o avião ou a embarcação esteja com o motor ligado. São reiterados julgados nesse sentido.